

Procura de quadros e não de votos



A definição de alianças que se processa neste início de segundo turno, ainda prejudicado pela falência do sistema de computação da Justiça Eleitoral cuja insuficiência de meios ficou demonstrada, tem mais objetivo político do que eleitoral. Não se deve esperar que o PMDB, por exemplo, que não conseguiu mobilizar seus eleitores potenciais em favor do seu candidato, possa melhorar a pauta eleitoral de qualquer dos dois competidores nesta fase final. A grande vedete das negociações iniciais é, como se sabe, o PSDB, com base na extraordinária votação obtida pelo senador Mário Covas. Não é mistério, no entanto, que esses votos não foram partidários, não fluíram da militância *tucana* mas resultaram substancialmente de eleitores indecisos entre o temor da radicalização da esquerda e o pudor de votar em Fernando Collor, cuja imagem foi tão enegrecida pela mídia esquerdista.

Tanto Collor quanto Lula ou Brizola procuram nas possíveis alianças redesenhar um perfil político com vistas a atenuar nuances impressas às suas propostas. Precisam disso para tornar mais abrangente a candidatura como também para assegurar quadros confiáveis para composição do futuro governo. O candidato do PRN, cujo elenco é notoriamente insuficiente, teria um bom respaldo se atraísse para seu lado os professores, economistas, advogados, engenheiros, etc, que compõem a cúpula do PSDB, o qual, tendo perdido a chance de chegar por seus próprios meios à Presidência da República, poderia sensibilizar-se pela porta aberta a uma presença imediata no comando nacional. A negociação ocorreria nessa hipótese em torno de programa, como convém, e da melhor definição de aspectos sociais da proposta. Em matéria econômica não haveria maior discrepância a partir da idéia do "choque capitalista" desenvolvido por Mário Covas.

É claro que o ranço esquerdista de políticos como Euclides Scalco e Pimenta da Veiga veta liminarmente a composição com Collor, mas não está excluída a hipótese de que o assunto seja objetivamente examinado por políticos como Montoro, Richa (que veta Lula), Serra, Fernando Henrique e Jereissati. Em sucessivas reuniões em São Paulo o comando *tucano* decidiu evitar manifestações pessoais dos seus membros, programando uma série de consultas às bases não paulistas, sobretudo no Nordeste, para que no final da próxima semana possa o partido deliberar. "Será uma espécie de escolha de Sofia", disse-me pessoa situada junto à direção do PSDB, aludindo ao conflito entre inclinações afetivas e deveres impessoais. O desfecho é previsível: questão aberta.

A ausência de definições entre Brizola e Lula (esperava-se para a noite de ontem resultado do final) continuava a deixar em suspenso algumas hipóteses, pois se pemedebistas como os governadores Miguel Arraes e Moreira Franco decidiam ficar com qualquer um dos dois, outros como Quércia não prescindiam de uma prévia oficialização do segundo concorrente para avaliar sua posição. Eleitoralmente, como dissemos, isso importará pouco, tal o grau de emancipação do eleitorado e a rejeição de que foram alvos partidos e lideranças, mas como referência política e como efeito psicológico as tomadas de posição de certas figuras e organizações pode ter efeito no desenrolar da campanha. É claro que Moreira Franco não aumentaria substancialmente o acervo de votos de Brizola, mas sua adesão ao candidato produziria resultados sem aliviar a resistência residual que concentraria seus votos em Collor.

A troca de candidatos a vice-presidente não parece ser problema de Collor, que iria até o final com o senador Itamar Franco, no que estará sendo correto. Lula e Brizola parecem contemplar a hipótese de trocar o senador Bisol ou o deputado Fernando Lyra por alguém que teoricamente possa somar mais votos. Ora, o candidato a vice é um figurante na luta eleitoral. A Constituição não proíbe expressamente que em qualquer momento da campanha seja registrado outro companheiro de chapa dos candidatos. Apenas determina que será considerado eleito o que for registrado juntamente com o candidato a presidente. Não se vota em vice-presidente. Mas a inspiração do dispositivo constitucional, que evitou proibir alianças, foi impedir que se repetisse em 1989 o erro de 1960, quando se elegeu um vice da chapa contrária à do candidato vitorioso. Jânio, como se sabe, tinha dois candidatos a vice (Milton Campos e Ferrari), o que de si já era um absurdo, e a lei permitia que se votasse em vice. Resultado: venceu o vice de Lott, ponto de partida para a crise.

Em 1984 a lei vigente exigia que os candidatos fossem do mesmo partido, o que obrigou Tancredo e Ulysses a pedir a Sarney que se inscrevesse no PMDB. A simulação de filiação partidária não é ética nem conveniente, como se viu no malogrado caso Sílvio Santos. A substituição de candidatos é prevista apenas para remediar desastres ou tragédias, não para modificar os termos da disputa. Já não é hora de registrar candidatos mas de correr até o fim com os candidatos que passaram pelo primeiro turno.

Carlos Castello Branco